

A UNE NA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PROJETO PARA O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

No atual contexto de reconstrução nacional, após anos de retrocessos e cortes que atingiram de forma brutal o direito à educação, a UNE mantém acesa a esperança função da universidade na socialização e produção do saber, no pensamento crítico e na formação integral dos sujeitos, dessa forma, possuem papel central na construção de um país soberano, e na estratégia desenvolvimento nacional articulada com o sul global, por meio da universidade que se constrói um Brasil soberano, , justo, desenvolvido e com dignidade para o seu povo, reafirmando seu compromisso histórico com a defesa de uma universidade pública, gratuita, democrática, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada.

As políticas públicas de educação são um campo de forte disputa com influência de diversos atores sociais, desde a década de 90 o campo educacional vem sofrendo com uma grande ofensiva neoliberal que imprime uma lógica empresarial na educação, com princípios da individualização e padronização. Os interesses do capital financeiro e dos organismos multilaterais do norte global demandam cada vez mais controle dos processos educativos.

Considerando esse campo de disputa, as últimas décadas, especialmente a partir do ciclo de governos populares iniciado nos anos 2000, foram marcadas por avanços importantes na ampliação do acesso ao ensino superior. A criação de novas universidades e institutos federais, as políticas de cotas raciais e sociais, a interiorização da rede pública e programas como o ProUni e o FIES permitiram a entrada de milhões de jovens nas universidades. A UNE esteve presente em todas essas conquistas, atuando nas ruas, nas redes e nos espaços institucionais, como protagonista das vitórias que transformaram a cara da universidade brasileira. Ainda assim, os desafios são profundos: o subfinanciamento das instituições públicas, a mercantilização do ensino, o avanço desregulado e sem qualidade da educação a distância e a exclusão financeira de milhares de estudantes permanecem como entraves ao direito à educação superior com qualidade.

Com a retomada de um governo democrático-popular, algumas conquistas foram recuperadas. Entre elas, o reajuste das bolsas de pesquisa, a renovação da Lei de Cotas, o relançamento do PAC das Universidades, a aprovação da nova Lei do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a criação do Pé-de-Meia Licenciatura. A UNE participou ativamente de todas essas pautas, mobilizando milhares de estudantes nos atos,

nos espaços legislativos e nas campanhas de conscientização pela a importância dessas políticas para os estudantes e para a sociedade brasileira. No entanto, para garantir que a universidade seja cada vez mais espaço de formação integral para a vida, para a ciência e para a transformação social, é preciso lutar por mais.

A UNE reafirma a centralidade da luta pela maior democratização do acesso à educação superior, através da conquista da ampliação das cotas raciais e sociais. Mas sabemos que é preciso ir além, aprovando também as cotas trans em todas universidades do país, a exemplo da recente vitória da UNICAMP, fruto da unidade do movimento estudantil com o movimento trans. É preciso avançar em cada universidade, além de batalhar pela aprovação de uma Lei Federal de cotas para pessoas trans e travestis no ensino superior.

É também necessário avançar na ampliação dos vestibulares indígenas e quilombolas, além de um verdadeiro programa de cotas, permanência e acessibilidade para PCDs, visando romper com o capacitismo no ambiente universitário. Aqueles que ingressam na universidade após anos de exclusão social precisam de condições para permanecer e concluir seus cursos com qualidade, de modo que a ampliação do acesso deve ser acompanhada de políticas de permanência, com criação de programas e editais específicos para a PCDs, indígenas e quilombola, atendendo à especificidade local e territorial; construção e ampliação de Restaurantes Universitários; bolsas automáticas para estudantes cotistas; implementação de cotas étnico-raciais na docência e pós-graduação; assim como por uma revisão das bases teóricas e conceitos dos currículos de extensão popular que dialoguem com a experiência e os conhecimentos das comunidades tradicionais e fortaleçam a educação popular nos territórios!

É necessário ampliar o debate a respeito do reconhecimento e valorização da cultura e dos saberes tradicionais como uma das formas primordiais para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. As universidades indígenas exercem um papel fundamental para a construção de uma sociedade que lute e mantenha vivo o conhecimento ancestral de modo a fortalecer a resistência e cultura viva dos povos tradicionais brasileiros. Tal fato é um dos pilares fundamentais para a construção de uma universidade que esteja à serviço dos povos e faça o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento do agronegócio predador, baseado no latifúndio e na exploração das nossas riquezas naturais e da população do campo. Para tal é necessário a ampliação dos sistemas agroflorestais e a elaboração de uma política de desenvolvimento sustentável em comunhão com os povos dos campos, das águas e das florestas. Garantir a continuidade desses saberes é assegurar que tenhamos de fato uma educação que construa a educação antirracista.

A reconstrução do ensino superior exige um novo projeto para a educação brasileira. Os estudantes através da UNE defendem uma Reforma Universitária ampla, democrática e popular, que proponha um novo modelo de universidade conectado às demandas do povo brasileiro, à produção científica voltada para o desenvolvimento nacional, para promoção de justiça socioambiental e à valorização do tripé ensino, pesquisa e extensão. Essa reforma deve estar articulada à criação de um Plano Nacional para o Ensino Superior, com diretrizes estruturantes que garantam acesso, permanência, autonomia universitária, valorização profissional e condições adequadas de infraestrutura em todas as instituições.

É preciso garantir a autonomia universitária em todos os âmbitos das decisões, mas sobretudo, a partir de representações paritárias nos conselhos e espaços de decisões, e principalmente, garantindo eleições diretas para reitores, pondo fim a lista tríplice e qualquer tipo de intervenção na autonomia das universidades.

De igual modo, também é preciso olhar para o cenário da educação superior privada. Nos últimos anos, o ensino superior privado brasileiro passou por um intenso processo de financeirização e concentração. Grandes conglomerados como Cogna (Anhanguera, Unopar), Yduqs (Estácio, Ibmecc), Ânima, Ser Educacional, Vitru (Uniasselvi), Afya e Cruzeiro do Sul passaram a dominar o setor, acumulando milhões de matrículas — especialmente na modalidade de Educação a Distância (EaD). Movidos pela lógica do lucro, esses TUBARÕES DA EDUCAÇÃO impõem um modelo que precariza o trabalho docente, compromete a qualidade da formação e trata o diploma como um produto. É necessário defender o FIES e o PROUNI em caráter imediato e transitório, para permitir a continuidade do acesso. No entanto, não podemos aceitar que os grandes tubarões controlem a política educacional superior no Brasil, com a maioria das vagas de ensino no país. Por isso, é preciso avançar na transição de vagas para o ensino público como prioridade.

O avanço desregulado da Educação a Distância (EaD) e o processo de mercantilização do ensino superior privado no Brasil exigem respostas firmes do Estado e da sociedade. A construção de um novo marco regulatório para a Educação a Distância, torna-se essencial para garantir a qualidade da formação e o respeito às diretrizes curriculares, especialmente nos cursos de licenciatura. Entre as propostas debatidas por entidades educacionais e pelo Comitê de Criação do Parecer Normativo (CC-Pares)-MEC, estão a limitação do número de vagas por turma, a avaliação in loco nas sedes e polos EaD, com parâmetros que define o que é ensino e cursos presencial, semipresencial e a distância, e a exigência de um processo regulatório único para graduação e pós-graduação lato sensu. Também se propõe que as instituições credenciadas em EaD possuam sede física com salas adequadas, comissão própria de avaliação, internet de alta qualidade e que os pólos estejam em áreas

de fácil acesso aos estudantes. Além disso, o corpo docente deve ser detalhadamente classificado (conteudista, regente, mediador, coordenador), com os tutores restritos a funções administrativas, e todos os profissionais devidamente registrados no Censo da Educação Superior e no Sistema E-MEC e parte fundamental desse processo de consolidação do Novo Marco Regulatório para o EaD, está a necessidade de critérios rigorosos, como a limitação da carga horária virtual em cursos presenciais, a partir da revogação da Portaria 2.117/2019, que permite até 40% de EaD em cursos presenciais, sobretudo em áreas que exigem práticas presenciais e contato direto com laboratórios, equipamentos e comunidades, como cursos da saúde, engenharias, licenciaturas e demais áreas com alta complexidade técnica e social.

Frente a esse cenário de flexibilização desenfreada do ensino superior privado. Onde nos últimos anos, grandes conglomerados econômicos dominaram o setor, impulsionando a precarização do trabalho docente e a transformação do diploma em produto. A UNE defende a regulamentação do ensino superior com a criação imediata do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES), com o objetivo de criar um órgão público responsável pela fiscalização e regulação do ensino superior no Brasil, especialmente das instituições privadas. Sua principal função seria garantir padrões mínimos de qualidade na oferta de cursos, infraestrutura e no corpo docente das universidades e centros universitários.

O INSAES também teria como tarefa a avaliação contínua dos cursos de graduação e pós-graduação, incluindo a modalidade a distância (EaD), e a supervisão para que a educação superior cumpra sua função social, voltada para o desenvolvimento nacional, em vez de servir aos interesses econômicos e mercantilistas de grandes conglomerados educacionais. O instituto também seria responsável por garantir a proteção dos direitos estudantis e a qualidade da formação acadêmica, combatendo práticas que precarizam a educação. Assim como avaliar continuamente as instituições participantes do FIES e do Prouni, observando indicadores de qualidade, permanência estudantil, evasão e empregabilidade dos egressos; Fiscalizar a contrapartida das instituições privadas, assegurando que o uso de recursos públicos esteja vinculado a padrões mínimos de qualidade acadêmica, infraestrutura, compromisso com a inclusão e responsabilidade social; Recomendar a suspensão ou descredenciamento de instituições que descumpram estas exigências ou apresentem práticas mercantilistas que prejudiquem os estudantes e publicar relatórios e auditorias regulares, promovendo a transparência e o controle público sobre essas políticas. Pois a universidade brasileira deve estar a serviço do

desenvolvimento nacional, da soberania e da ciência —Por isso reafirmamos que EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!

A luta pela regulamentação efetiva da nova Lei do PNAES é também uma das bandeiras centrais do movimento estudantil neste novo ciclo. É necessário que essa política seja implementada com participação direta dos estudantes e que tenha status constitucional, garantindo estabilidade orçamentária, expansão dos recursos e ações integradas de permanência, como moradia, alimentação, saúde mental e transporte. Nesse sentido, a UNE propõe a ampliação do orçamento, para fortalecimento como política permanente de transferência de renda direta para estudantes de baixa renda, contribuindo para a redução da evasão e para a democratização do acesso à universidade. É disputar os rumos do orçamento do nosso país para que ele inclua cada vez mais as demandas dos estudantes e do nosso povo. Através desta compreensão a UNE realizou uma agenda de mobilização no último dia 30 em Brasília em defesa de mais investimento para educação no orçamento brasileiro, executando uma agenda aprovada no último CONEB em Pernambuco.

Ao lado dessa agenda, a UNE, nos últimos anos, conquistou o perdão das dívidas do FIES para milhares de estudantes endividados em decorrência da pandemia e do aumento abusivo das mensalidades. Hoje, reafirmamos a luta pelos direitos dos estudantes do FIES sem teto, reivindicando a eliminação da limitação no valor financiado, permitindo que o fundo cubra integralmente as mensalidades, sem restrições de valor.

Além disso, a UNE se posiciona contra o aumento da coparticipação, defendendo a redução da parcela da mensalidade que os estudantes precisam pagar durante o período de financiamento. O crescimento desses custos tem sobrecarregado muitos alunos e suas famílias, desvirtuando o objetivo central do programa, que é garantir o acesso à educação superior sem comprometer a estabilidade financeira dos estudantes.

É inaceitável que jovens que buscaram, por meio do FIES, o acesso ao ensino superior esteja hoje submetidos à inadimplência, à retenção de diplomas e à insegurança em relação ao seu futuro. Defendemos que o FIES permaneça como uma política pública viável e acessível, assegurando a permanência estudantil e a conclusão dos cursos com dignidade. Para isso, é necessário também que as instituições de ensino superior privadas cumpram regras que limitem o reajuste das mensalidades, vinculando quaisquer aumentos à correção inflacionária oficial. É inadmissível que lucros sejam colocados acima da formação acadêmica e da dignidade da juventude brasileira.

No campo da justiça fiscal, a UNE atua destacadamente ao lado dos movimentos populares na campanha pelo Plebiscito Popular pela Taxação das Grandes Fortunas. É inadmissível que os bilionários sigam lucrando enquanto a juventude luta para sobreviver, estudar e ter um futuro. Acreditamos que a reconstrução do Brasil passa por uma reforma tributária justa, que priorize os pobres e cobre mais dos muito ricos. Da mesma forma, lutamos pelo fim da escala 6x1, que atinge duramente os estudantes-trabalhadores, restringindo seu direito ao descanso e prejudicando sua permanência na educação superior.

Além disso, precisamos reafirmar o papel do Estado como garantidor do financiamento da educação pública. É fundamental retomar a meta de destinar 10% do PIB para a educação, além de assegurar a utilização de 50% do Fundo Social do Pré-Sal e 75% dos royalties do petróleo como fontes estáveis e soberanas de financiamento. Esses recursos devem ser direcionados à expansão da rede pública, à valorização dos profissionais da educação, à recomposição orçamentária das universidades e à conclusão das mais de duas mil obras paradas nas instituições federais. Historicamente os recursos brasileiros foram saqueados e destinados para o enriquecimento de outras nações, não podemos deixar que o mesmo ocorra com o Pré-Sal e os royalties do petróleo!

A UNE acredita que reconstruir o ensino superior é uma tarefa urgente e estratégica para o Brasil. A universidade pública precisa voltar a ser sinônimo de futuro, esperança, pesquisa, cultura e cidadania. A Reforma Universitária que defendemos é uma resposta concreta à hegemonia dos conglomerados educacionais, à evasão crescente, à precarização da formação e à falta de perspectiva de milhares de jovens. É nesse sentido que a UNE reafirma a necessidade de enfrentar a contradição estrutural entre educação e trabalho, ainda mais profunda no atual contexto de transformações no mundo do trabalho que afetam diretamente a juventude: a informalidade, o desemprego estrutural, a hiperexploração e a ausência de direitos são realidades que precarizam a vida e impõem limites concretos à permanência na universidade. A formação acadêmica não pode ser desconectada dessas condições materiais, devendo se articular a um projeto nacional de desenvolvimento que enfrente o desemprego da juventude e valorize o trabalho com direitos, remuneração digna e perspectiva de futuro.

É urgente que as universidades sejam centros de produção de saberes e práticas para frear o colapso climático. As universidades devem cumprir um papel primordial na transição energética popular e no combate ao negacionismo climático. É preciso que desde a qualificação profissional, para a atuação na área de pesquisa em energia limpa e eficiência energética, passando pelo estímulo à participação dos estudantes em pesquisas e projetos relacionados à energia sustentável, até mesmo ao investimento na redução da pegada de

carbono das próprias universidades. É necessário que a Universidade, principalmente as públicas, pólo central da produção de ciência no Brasil, estejam colocadas à disposição da tarefa de nosso tempo: realizar a transição energética popular.

Fazer da universidade um pólo de transformação da realidade também reflete-se nos convênios e redes de instituições que são construídos. Nesse sentido, é fundamental o rompimento de todas as parcerias, acordos e cooperações e convênios entre universidades públicas brasileiras e IES/empresas israelenses, de forma a responderem ao chamado da palestino por boicote, desinvestimento e sanções.

Com coragem, unidade e compromisso, a UNE seguirá em luta para que a universidade tenha a cara do povo brasileiro, fale sua língua, acolha suas demandas e contribua para a transformação do país. Assim, neste ano realizaremos um grande Congresso da União Nacional dos Estudantes que reafirme sua tradição ant imperialista e que seja capaz de debater intensamente a educação no Brasil e que convoque um calendário de lutas que culmine numa marcha, ao lados de outros setores da educação, em Brasília no dia 11 de Agosto. A reconstrução da educação superior sempre foi e sempre será feita pelas mãos dos estudantes, nas salas, centros acadêmicos, DCEs, nas ruas, nas redes, nas urnas e em todos os espaços, para construir um Brasil do tamanho dos nossos sonhos!